

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**O REFLEXO DA INCIDÊNCIA DA COFINS NAS COOPERATIVAS DE
CRÉDITO**

MARCOS AUGUSTO BARBOZA

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**O REFLEXO DA INCIDÊNCIA DA COFINS NAS COOPERATIVAS DE
CRÉDITO**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao
Departamento de Ciências Contábeis do Centro
Sócio Econômico, da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel em Ciências
Contábeis.

Acadêmico: Marcos Augusto Barboza

Orientador: Professor M.Sc. Erves Ducati

FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2004

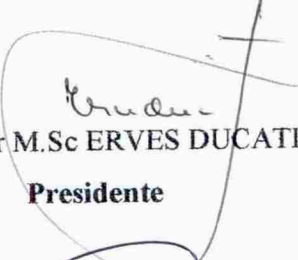
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O acadêmico MARCOS AUGUSTO BARBOZA obteve a nota 7,0 pela apresentação e defesa de sua monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Contábeis, intitulada **O REFLEXO DA INCIDÊNCIA DA COFINS NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO**, perante a banca examinadora do Departamento de Ciências Contábeis, para obtenção do grau de bacharel em ciências Contábeis.

Florianópolis, de julho de 2004


Professor M.Sc. **LUIZ FELIPE FERREIRA**
Coordenador de Monografia do C.C.N

BANCA EXAMINADORA:


Professor M.Sc. **ERVES DUCATI**
Presidente


Professor Dr. **LORECI JOÃO BORGES**
Membro


Professor Dr. **ARI FERREIRA DE ABREU**
Membro

“A formulação de problemas é muitas vezes mais importante que a sua solução, a qual pode ser, apenas, uma questão de habilidade matemática ou experimental. Propor problemas novos e encarar os velhos, sob um novo ângulo, requer imaginação criadora e é o que promove o progresso da ciência”. (**Albert Einstein**)

Alessandra...agradeço a Deus por ter
merecido partilhar esta vida ao teu lado.
Nas barreiras que temos que transpor a
cada dia, encontro no teu amor a força e a
coragem de seguir adiante. (**Marcos**)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aquele que nos criou, Deus, por ter proporcionado o término desta caminhada. No decorrer de nossa jornada, pessoas passam pela nossa vida e vão deixando marcas de conhecimento como se fosse o oleiro dando forma a um vaso. Neste sentido, não poderia deixar de agradecer o mestre e orientador Professor Erves Ducati, que contribuiu decisivamente para a conclusão deste trabalho. Em especial, gostaria de agradecer a minha esposa pela paciência, compreensão e dedicação, que foram de fundamental importância para a conclusão desta etapa. Também os demais parentes e amigos que contribuíram de alguma forma, os meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

Nesta monografia, é abordado um problema atual das cooperativas, no que diz respeito a falta de critérios para a incidência da COFINS nos atos cooperativos. A legislação, deixa a desejar quando diz respeito às cooperativas permitindo muitas interpretações que não contribuem para o crescimento do cooperativismo. As cooperativas vêm fazendo diferença na economia do país, ao mostrar resultados positivos, que interessam ao governo. Resultados estes, que poderiam ser melhores, caso houvesse uma legislação específica, que defina para cada ramo do cooperativismo, inclusive as cooperativas de crédito, ao qual está voltado este trabalho, onde a prática realizada por estas, desde que haja faturamento, pode ou não incidir a COFINS. Ao atuar em todos os atos cooperativos a partir de 1999, desde que houvesse faturamento, provocou um reflexo negativo no resultado obtido pelas cooperativas. Dessa forma, como será demonstrado no decorrer do trabalho, há muito interesse em se fazer uma lei específica que estabeleça critérios para a atuação deste tributo.

LISTA DE TABELAS

| | |
|----------|----|
| Tabela 1 | 31 |
| Tabela 2 | 33 |
| Tabela 3 | 35 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|----------|----|
| Quadro 1 | 15 |
| Quadro 2 | 20 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|-----------|----|
| Gráfico 1 | 29 |
| Gráfico 2 | 30 |
| Gráfico 3 | 31 |
| Gráfico 4 | 32 |
| Gráfico 5 | 33 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO I | 05 |
| 1.1 Introdução | 05 |
| 1.2 Problema | 06 |
| 1.3 Objetivo Geral | 06 |
| 1.4 Objetivo Específico | 07 |
| 1.5 Justificativa | 07 |
| 1.6 Metodologia | 08 |
| 1.7 Limitações da Pesquisa | 09 |
| | |
| CAPÍTULO II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 10 |
| 2.1 Cooperativismo – Resumo Histórico e Conceito | 10 |
| 2.2 O Cooperativismo Propriamente Dito | 11 |
| 2.3 Princípios do Cooperativismo | 12 |
| 2.4 Conceitos de Cooperativas | 13 |
| 2.5 Ramos do Cooperativismo | 14 |
| 2.6 Representação do Sistema Cooperativo | 15 |
| 2.7 Cooperativismo de Crédito: Origem e Desenvolvimento | 17 |
| 2.8 Cooperativas de Crédito no Âmbito Social | 18 |
| 2.9 Sistema Financeiro Nacional | 19 |
| 2.10 Algumas Diferenças Entre Bancos e Cooperativas de Crédito | 20 |
| 2.11 O Crédito | 21 |
| 2.12 Crédito Cooperativo | 21 |
| 2.13 Atos Cooperativos | 24 |
| 2.14 Atos Não-Cooperativos | 25 |
| | |
| CAPÍTULO III – COFINS: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL | 26 |
| 3.1 Origem | 26 |
| 3.2 A Incidência da COFINS nas Cooperativas de Crédito | 26 |

| | |
|--|---------------|
| CAPÍTULO IV – O REFLEXO DA INCIDÊNCIA DA COFINS NAS | |
| COOPERATIVAS DE CRÉDITO | 30 |
| 4.1 O Crescimento das Cooperativas de Crédito à Nível Nacional | 30 |
| 4.2 O Crescimento das Cooperativas de Crédito à Nível Estadual | 31 |
| 4.3 O Reflexo Causado Pela Incidência da COFINS nas Cooperativas de Crédito | 34 |
| CONCLUSÃO | 38 |
| REFERÊNCIAS | |

CAPÍTULO I

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma noção geral da pesquisa. Em primeiro lugar, serão abordados o problema e os objetivos, geral e específico, além de enfocar também a justificativa, a metodologia e as limitações da pesquisa.

1.1 Introdução

Com o passar dos tempos, como consequência da evolução do homem, aperfeiçoaram-se as indústrias, os comércios e toda uma estrutura que não fazia parte de seu cotidiano há algum tempo.

Ao observar a história, verifica-se que os acontecimentos ocorridos no passado, cada qual em sua área, contribuíram para as mudanças que hoje são observadas em todo o mundo.

Hoje, a velocidade com que circulam as informações não permite que tanto os países ricos como os menos favorecidos vivam de forma isolada. Da mesma forma, há empresas que dominam alguns segmentos do mercado e, para permanecerem no topo de sua área de atuação, fazem uso de muitas informações, tais como pesquisa de mercado. Por exemplo, por meio da pesquisa de preços, elas adquirem uma gama de informações suficientes para regular os preços de seus produtos e influenciar o mercado. Pequenos produtores, comerciantes, entre outros, geralmente não conseguem suportar a concorrência com as empresas de porte maior, tanto que algumas vezes são absorvidos por estas.

Para permanecerem no mercado, muitos pequenos produtores, assim como comerciantes, industriais, entre outros, vêm unindo suas forças. O modo encontrado por eles foi o de atuar de modo cooperativo. Essa fórmula proporciona aos proprietários a liquidez de seus produtos, e os consumidores destes, por sua vez, adquirem produtos e serviços de qualidade, oferecidos normalmente a um custo menor do que o praticado no mercado por grandes empresas.

Hoje, existem no mercado cerca de treze ramos distintos de cooperativismo, os quais são citados no decorrer do trabalho. Um deles, que é o ramo de crédito, é abordado com maior profundidade, por estar vinculado a um dos propósitos da realização desta monografia.

Atualmente, tanto no Brasil como em todo o mundo, pode-se comprovar o crescimento do número de cooperativas de crédito. Com um aumento desse ramo do cooperativismo, o Banco Central, que regulamenta o funcionamento dos bancos, passou a ser o órgão

regulamentador também dessas entidades. Isso porque as cooperativas de crédito se assemelham, pelas características de suas atividades, aos bancos. Porém, como especifica a Lei nº 5.764/71, considerada a Lei do Cooperativismo, as cooperativas de crédito, rural ou mútuo, não podem fazer uso da expressão “banco”, para não perderem as características de cooperativas (BRASIL, 1971).

Buscando dar uma visão mais clara do que é cooperativismo, o presente trabalho será desenvolvido, buscando enfatizar o que são os atos cooperativos, sendo estes, isentos da tributação da COFINS, segundo a Lei nº 5.764/71, a lei complementar 70 de 1991 no art. 6, inciso I e a própria constituição federal de 1988 em seu artigo 146, inciso III. Também, será abordado o reflexo que causa a incidência deste tributo, que foi o escolhido para ser analisado neste trabalho.

1.2 Problema

As cooperativas no âmbito nacional vêm enfrentando algumas barreiras para o seu crescimento. Hoje, nos treze ramos existentes e reconhecidos pela Organização Brasileira do Cooperativismo (OCB), as que enfrentam uma dificuldade maior são as cooperativas pertencentes ao ramo de crédito. Estas, por estarem ligadas diretamente ao mercado financeiro, vêm recebendo críticas governamentais por defenderem seus ideais, pois muitas de suas atividades se assemelham às desempenhadas pelos bancos.

As cooperativas de crédito vêm tentando mostrar ao governo que seus ideais são os mesmos defendidos pelos demais ramos cooperativos, e devido ao governo não adotar uma legislação específica para a incidência dos tributos, neste caso a COFINS, sobre os atos cooperativos, seria justo às cooperativas de crédito ao serem equiparadas às empresas comerciais, serem penalizadas por mais um tributo pela falta de uma legislação específica?

1.3 Objetivo Geral

- O objetivo geral deste trabalho é demonstrar o impacto que causa a COFINS nas cooperativas de crédito ao incidir sobre atos cooperativos, pela falta de uma legislação específica.

1.4 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- a) conceituar cooperativismo, além de fazer um resumo histórico sobre esse tipo de instituição;
- b) identificar quais são os ramos do cooperativismo, qual a origem e desenvolvimento das cooperativas de crédito, quais os atos cooperativos e não-cooperativos;
- c) apresentar breve histórico sobre a Cofins e sua área de incidência nas cooperativas de crédito; e
- d) demonstrar o reflexo causado pela incidência da COFINS nas cooperativas de crédito.

1.5 Justificativa

No atual cenário econômico nacional, pode-se observar o crescimento do número de cooperativas em todos os ramos, assim como o fortalecimento das mais antigas, o que reflete um cenário já conhecido em alguns países desenvolvidos.

Existem hoje, no âmbito nacional, cerca de 13 diferentes ramos do cooperativismo, cada qual voltado para sua área de atuação, que proporcionam aos seus associados serviços de qualidade a um custo menor do que o oferecido pelo mercado, chegando, às vezes, em algumas cooperativas, isentar o associado desses custos. Pode-se facilmente verificar a luta que as cooperativas vêm travando contra uma parte do governo, pois este se encontra dividido. Alguns políticos zelam pela defesa dos ideais cooperativistas, fazendo valer o que rege o art. 79 da Lei nº 5.764/71, enquanto outros pretendem fazer incidir tributos tais como o PIS e a COFINS sobre qualquer ato praticado pelas cooperativas, seja ele de caráter cooperativo ou não.

Com o intuito de preservar os princípios cooperativistas, pretende-se com o desenvolvimento desta monografia proporcionar uma visão mais clara do que é cooperativismo, com ênfase maior nos atos cooperativistas, na tentativa que os tributos venham a incidir apenas em atos não-cooperativistas.

1.6 Metodologia da Pesquisa

A atual pesquisa faz parte de um trabalho monográfico de conclusão do curso de Ciências Contábeis. Segundo Salomon (1996, p. 179) a monografia é um

[...] trabalho científico que se caracteriza pela especificação, ou seja, a redução da abordagem a um só assunto, a um só problema. Mantém-se assim o sentido etimológico: *monos* (um só) e *graphein* (escrever): dissertação acerca de um assunto único.

Ao ser adotada uma metodologia, esta permite que o trabalho a ser executado siga por caminhos lógicos que possibilitem alcançar o objetivo pré - determinado.

Silva e Menezes (2000, p. 67) comentam que

[...] a pesquisa é fundamentada e metodologicamente construída objetivando a resolução ou esclarecimento de um problema. O problema é um ponto de partida da pesquisa. Da sua formação dependerá o desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa ganha profundidade a medida que vai avançando e se restringindo a fatos comprovados que destacam a realidade.

De acordo com Gil (1991, p.19),

[...] a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Para que um problema possa ser respondido, a pesquisa pode ser desenvolvida de quatro modos. Segundo Demo (1985, p.23),

[...] a pesquisa pode ser teórica, onde monta e desvenda quadros teóricos de referência; metodológica, que não faz referência direta a realidade, porém leva em consideração os instrumentos de captação e manipulação dela; empírica, analisa a face experimental e observável dos fenômenos; e, prática que realiza testes práticos de idéias ou posições teóricas.

O método de pesquisa desenvolvido neste trabalho científico caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, considerando-se que, com o intuito de preservar os princípios cooperativistas, pretende-se proporcionar uma visão mais clara do que é cooperativismo,

dando destaque especial aos atos cooperativos e atos não-cooperativos, bem como o reflexo da incidência da COFINS em uma cooperativa de crédito.

Conforme Salomon (1977, p.253), a monografia deve seguir as seguintes fases: escolha do assunto, pesquisa bibliográfica, documentação, crítica da documentação, construção e redação.

Para realizar as etapas da pesquisa, inicialmente foi coletado e analisado o material relativo ao tema do trabalho; em seguida foram feitos o levantamento da bibliografia específica e a escolha do material que se julgou importante para o desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, com a leitura aprofundada do material bibliográfico, foi realizada a fundamentação teórica e foi desenvolvida pesquisa bibliográfica, onde foram utilizados, livros, informativos e sites de assuntos relacionados à área.

1.7 Limitações da Pesquisa

Por se tratar de um tema atual e não concluído, o estudo que ora se desenvolve sofre mutações constantes. Os pareceres jurídicos emitidos até o momento por ambos os lados, governo e cooperativas, não permitem que o assunto possa ser dado como encerrado.

Há notícias de que vitórias parciais de cada parte, de forma isolada, ou seja, algumas cooperativas de ramos distintos ganharam litígios contra o governo, enquanto outras perderam.

Assim, esta pesquisa fica limitada ao tempo de sua realização e a COFINS, ou seja, ao período compreendido entre o início da cobrança da COFINS sobre qualquer faturamento, sendo resultante de ato cooperativo ou não, ainda no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, e o primeiro semestre do ano de 2004, mais precisamente no mês de abril. Dessa forma, pretende-se resguardar as conclusões alcançadas até o momento, não encerram a discussão sobre o assunto, devido a possibilidade de ser votada uma nova lei.

CAPÍTULO II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O presente capítulo tem por finalidade conceituar cooperativismo, bem como dar um breve relato sobre sua história. Também neste capítulo, será abordado a origem do cooperativismo de crédito, os ramos existentes hoje no cooperativismo e o funcionamento das cooperativas no Sistema Financeiro Nacional. Ainda, pretende-se elencar algumas diferenças existentes entre os bancos e as cooperativas de crédito, além de proporcionar ao leitor uma visão sobre o que seria o crédito cooperativo e o que seriam os atos cooperativos e não cooperativos.

2.1 Cooperativismo – Resumo Histórico e Conceito

O cooperativismo, segundo Oliveira (1979), tem suas origens nas civilizações antigas. Esse sentimento de ajuda mútua podia ser encontrado entre os faraós na época do império babilônico, bem como na civilização grega, entre os astecas e também nos incas.

Na época moderna, de acordo com Temp et al (2003), sonhadores queriam construir uma nova sociedade em meio a um regime capitalista. Em 1659, P. C. Plockboy foi considerado o pioneiro do cooperativismo, quando formou pequenos grupos econômicos constituídos por agricultores, artesãos, marinheiros e professores. Como Plockboy, Bellers imaginou colônias cooperativas de trabalho.

Ao lado de Derrion, como relata Oliveira (1979), Reynier fundou o chamado Comércio Verídico e Social, fundando um armazém social de gêneros de primeira necessidade, com gerente eleito por conselho administrativo. O armazém proporcionava aos clientes ou cooperados um preço de venda final igual ao preço de custo. A idéia de Derrion desencadeou uma reação, tanto no comércio da época quanto no governo, pois o objetivo era forçar os preços para baixo.

No fim da era mercantilista, de acordo com e Oliveira (1979), a Europa encontrava-se com sérios problemas sociais causados pela Revolução Francesa, assim como pela Revolução Industrial. Porém, um industrial, o inglês Robert Owen, teve a iniciativa de dar aos seus operários melhores condições de trabalho e de vida. Nascido em 1771, na Inglaterra, mais precisamente no Condado de Montgomery, Robert Owen, filho de artesãos, deu uma contribuição de grande importância à evolução das idéias cooperativas, por meio do combate ao lucro. Ele apregoava que tudo que estivesse acima do preço de custo deveria ser

considerado lucro. Nessa época, pode-se observar a força que o trabalho possui. Com base nas idéias de Owen foram fundados cooperativas e sindicatos com seguidores dos mesmos ideais.

2.2 O Cooperativismo Propriamente Dito

A união de 28 tecelões, conforme Oliveira (1979), em Rochdale, Inglaterra, no ano de 1843, foi o primeiro passo para a constituição de uma cooperativa. Durante um ano, todos economizaram o máximo que podiam. Em 21 de dezembro de 1844, com a economia de uma libra esterlina por tecelão, formalizaram a sua sociedade com um capital inicial da ordem de 28 libras. Esses se reuniam para comprar os bens de que necessitavam. O movimento cooperativista idealizado pelos 28 tecelões teve seqüência nos ramos de produção, crédito, educação e serviços.

Temp et al. (2003, p. 6) definem assim o cooperativismo:

É uma doutrina, um sistema, um movimento ou simplesmente uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade.

No Brasil, segundo Oliveira (1979), o cooperativismo teve seu início no final do século XIX. Alguns Estados adotaram a idéia, tais como o Paraná e Pernambuco, porém sem sucesso. Quem conseguiu fazer funcionar a idéia do cooperativismo foi um padre jesuíta suíço, Theodor Amstadt, com a idéia da criação de uma Caixa de Crédito Rural, idealizada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, prefeito de uma cidade alemã. Dessa forma, nasce o cooperativismo no Brasil, com a criação da Cooperativa de Crédito Rural Nova Petrópolis (Cooperural), em 28 de dezembro de 1902. Contudo, o cooperativismo no âmbito nacional demorou a adquirir força por falta de uma legislação que o amparasse. Em 6 de janeiro de 1906, o Decreto nº 979 facultava aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para a defesa de seus interesses, mas foi em 1907 que se instituiu a primeira lei que tratava do cooperativismo, a de número 1.637. Após alguns anos, em 1932, devido à força adquirida nesse período, institui-se a Lei nº 22.239, que decretou o cumprimento do cooperativismo puro em território nacional. Em 1966, o Decreto-Lei nº 59 definia a política nacional do cooperativismo. Assim, em 1967, de acordo com o Decreto nº 60.597 deste mesmo ano, há a criação do Conselho Nacional do Cooperativismo. Enfim, em 16 de dezembro de 1971, foi discutido e aprovado projeto pelo Congresso Nacional que

culminou com a promulgação da Lei nº 5.764, que define ainda hoje a política nacional do cooperativismo e o regime jurídico das sociedades cooperativistas.

2.3 Princípios do Cooperativismo

Os princípios idealizados e praticados pelos 28 tecelões em Rochdale, Inglaterra, em 1844, eram os seguintes:

- adesão livre e espontânea;
- absoluta neutralidade política e religiosa;
- prática da democracia pura, onde uma pessoa, qualquer que fosse a sua posição social e econômica, não representava mais do que um só voto;
- eliminação do lucro mercantil, com a devolução das sobras proporcionalmente às operações de cada um;
- retribuição ao capital com juros limitados;
- vendas à vista dos bens de consumo;
- fomento à educação, para preparar as gerações futuras e garantir a continuidade do sistema. (OLIVEIRA, 1979, p. 26).

Os princípios citados acima, tinham como objetivo determinar algumas regras para que a cooperativa funcionasse dentro de um padrão. Permitiam que as pessoas ao se associarem, obtivessem um mínimo de conhecimento sobre o funcionamento da sociedade cooperativa.

Hoje, pode-se observar que os princípios cooperativistas mantiveram suas raízes, porém sofreram atualizações. No Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional¹ (ACI), realizado em Manchester, na Inglaterra, em 1995, os princípios foram atualizados da forma a seguir:

Adesão livre e voluntária – as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

Gestão democrática pelos membros – as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos associados, que participam de modo ativo na formulação de suas políticas e tomada de decisões. Os eleitos, como representantes dos demais membros, são responsáveis perante os demais. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros possuem igualdade quanto ao direito de voto, e as cooperativas de segundo e terceiro graus são também organizados de maneira democrática.

¹ 1- ACI – é uma organização não governamental que une representantes do cooperativismo em todo o mundo, com sede em Genebra.

Participação econômica dos membros – os membros contribuem de forma equitativa para o capital de suas cooperativas, que é controlado de modo democrático. Parte do capital normalmente é propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, quando houver uma remuneração limitada ao capital integralizado, como edição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes aos seguintes objetivos:

- a) o desenvolvimento de sua cooperativa, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível;
- b) benefício aos membros na proporção de suas transações com a cooperativa; e
- c) apoio a outras atividades apoiadas pelos membros.

Autonomia e independência – as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controlada pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas.

Educação, informação e formação – as cooperativas promovem a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento da sua cooperativa. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Intercooperação – as cooperativas servem de maneira mais eficaz aos seus associados e com isso dão mais força ao movimento cooperativista, trabalhando de forma conjunta, por meio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Interesse pela comunidade – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros. (TEMP et al., 2003, p. 15-16)

Pode-se observar que com o passar dos anos, as cooperativas tiveram seus princípios mais fortalecidos e isto pode ser comprovado num congresso realizado 159 anos após os princípios terem sido publicados pela primeira vez. Eles foram aprofundados, mas não perderam a essência adquirida no passado.

2.4 Conceitos de Cooperativas

Segundo Ian McPherson (2002, p. 13),

[...] uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de um controle democrático.

Além da livre associação, as pessoas tinham a liberdade de definir metas que considerassem importantes para a cooperativa, desde que não ultrapassasse os limites impostos pelos objetivos da cooperativa.

De acordo com Temp et al. (2003, p. 7),

Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns organizada economicamente e de forma democrática, com a participação livre de todos os que têm idênticas necessidades e interesses, com igualdade de deveres e direitos para execução de quaisquer atividades, operações e serviços.

O conceito acima, permite compreender ainda mais a visão democrática do cooperativismo e as responsabilidades de cada membro dentro de uma cooperativa.

Ainda segundo Temp et al. (2003, p. 6), a cooperação é um

[...] método de ação pela qual indivíduos ou famílias com interesses comuns constituem um empreendimento. Neste, os direitos de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido somente entre os integrantes, na proporção da participação societária nas atividades.

A Lei nº 5.764 define cooperativa como “as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro” (BRASIL, 1971).

Tendo por base essas duas definições, cooperativismo pode ser considerado um sistema que tem as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade. Tem seus valores baseados na ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, devendo os membros de uma cooperativa possuir valores éticos de honestidade, responsabilidade social, transparência e preocupação pelo seu semelhante.

2.5 – Ramos do Cooperativismo

Por ser um movimento econômico e social muito dinâmico na sociedade, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), no ano de 1993, alterou a nomenclatura do Sistema Cooperativo Brasileiro, atualizando, com isso, as ramificações do cooperativismo. De um total de sete, passaram a existir treze ramos de atividades distintas no cooperativismo, os quais são:

- a) Agropecuário – é constituído por cooperativas de qualquer cultura ou criação;
- b) Consumo – formado por cooperativas de fornecimento e abastecimento de produtos em geral;
- c) Crédito – constituído por cooperativas de crédito rural e urbano;
- d) Educacional – formado por alunos de escolas agrícolas ou também constituído somente por pais de alunos;
- e) Especial – constituído por cooperativas não plenamente autogestionadas, formadas por pessoas de menor idade ou relativamente incapaz, necessitando de um tutor para funcionamento;
- f) Habitacional – formado por cooperativas de construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais;
- g) Mineral – são as cooperativas constituídas por mineradores;
- h) Produção – passou a existir onde os meios de produção, explorados pelos quadros sociais, pertencem à cooperativa, e os cooperados constituem os quadros diretivos, técnicos e funcionais;
- i) Saúde – constituído por cooperativas de atividades afins, isto é, médicos, dentistas, psicólogos, entre outros;
- j) Infra-estrutura – faz parte deste ramo, cooperativas que têm como objetivo principal prestar coletivamente um serviço de que o quadro social necessite;
- k) Transporte – formado por cooperativas que atuam no transporte de cargas e de passageiros;
- l) Trabalho – constituído por cooperativas de profissionais que prestam serviços a terceiros;
- m) Turismo e Lazer – constituído por cooperativas de profissionais das áreas de turismo e recreação. Temp (2003;p.22-25)

Pode-se verificar, com base nos ramos relacionados acima, que hoje são em 13 os ramos identificados e reconhecidos pela OCB. Contudo, nada impede que surjam novos ramos.

2.6 – Representação do Sistema Cooperativo

O quadro 1 dá uma idéia de alguns órgãos que compõem o sistema cooperativo, cuja função é a de regulamentar e identificar as cooperativas.

| Unidades | Sede |
|--|-----------------------|
| 1-Aliança Cooperativa Internacional | Genebra – Suíça |
| 2-Organização Cooperativa das Américas | Costa Rica – São José |
| 3-Organização das Cooperativas Brasileiras | Brasília |
| 4-Organização das Cooperativas Estaduais | Capitais |
| 5-Confederações | |
| 6-Centrais Federações – 2º Grau | |
| 7-Cooperativas Singulares – 1º Grau | |
| 8-Cooperado | |

Quadro 1: Representação do Sistema Cooperativo

Fonte: TEMP, Luiz Hilton, O Cooperativismo ao Alcance de Todos, 2003, p. 18

Abaixo, estão relacionados os significados das entidades citadas na figura 1 acima:

1 – Segundo a ACI (Aliança Cooperativa Internacional), é uma organização não governamental que une representantes e servidores do cooperativismo em todo o mundo.

2 – De acordo com a OCA (Organização das Cooperativas das Américas), é um órgão que atua de forma representativa e consultiva internacionalmente.

3 – Conforme a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), é um órgão representativo e consultivo no âmbito nacional.

4 – De acordo com a OCESC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), são órgãos representativos e consultivos do sistema cooperativo, a nível estadual.

5 – Segundo o SICOOB (Sistema Integrado das Cooperativas do Brasil), as confederação têm como finalidade propiciar a organização e o crescimento sustentado do Sistema, cujo objetivo principal é o de orientar e coordenar as atividades das centrais.

6 – Ainda, de acordo com o SICOOB, as centrais funcionam como entidades centralizadoras dos recursos das cooperativas singulares. Para que uma cooperativa singular possa ter acesso ao mercado financeiro, ela utiliza os serviços oferecidos pelos bancos com os quais as centrais firmam algum contrato.

7 – Por último, o SICOOB esclarece, que as cooperativas singulares estão ligadas diretamente aos cooperados, pois permitem que estes tenham acesso aos seus serviços e produtos.

8 – Cooperado são todos os trabalhadores, que se unem formando uma sociedade cooperativa, onde participam de modo ativo, resguardando as normas.

2.7 - Cooperativismo de Crédito: Origem e Desenvolvimento

Segundo Meinen et al (2002), entende-se por cooperativa de crédito uma instituição financeira que atua no mercado junto de outras entidades do sistema financeiro. Possui um modo de funcionamento, idêntico ao de um banco, em que oferece serviços similares, tendo ainda como diferencial o fato dos seus clientes serem os próprios donos.

As cooperativas de crédito visam a um melhoramento econômico-social dos cooperados, cujo objeto principal é a relação financeira do quadro social. As relações financeiras e os outros serviços prestados pelas cooperativas de crédito, conforme Meinen et al (2003), não visam a lucros, ao contrário do sistema bancário convencional, que remunera os banqueiros. Elas se propõem a oferecer serviços com segurança, menos burocráticos e a um custo operacional abaixo da média do mercado. Essas vantagens oferecem aos cooperados a possibilidade de aplicarem seus recursos e obter rendimentos maiores. Fazendo-se cumprir a legislação, as cooperativas de crédito são obrigadas a adotar em sua denominação social a expressão “cooperativa”, sendo proibida a utilização da palavra “banco”. No que diz respeito à área de ação, assim como as demais, as cooperativas devem se reger por reuniões, encontros, operações e prestações de serviços.

O cooperativismo de crédito, segundo TEMP et al (2003), apresenta uma estrutura na qual as cooperativas singulares funcionam dentro de um sistema que é composto de outras instituições, entre as quais se destacam as centrais, as federações e confederações. Essas instituições dão suporte legal às cooperativas singulares, que são auxiliadas também pelos bancos cooperativos, os quais prestam, entre outros serviços, o de compensação, além de permitirem o acesso das cooperativas ao mercado financeiro.

O cooperativismo de crédito, segundo Souza (1992), surgiu em 1849, na Alemanha, tendo como idealizador Fredrich Wilhelm Raiffeisen, no modelo rural. Após um ano, Hermam Shulze dava início ao cooperativismo de crédito urbano, também na Alemanha.

Conforme Meinen et al. (2002), no ano de 1865, com base nos idealizadores alemães, a veneziana Luiza Luzzatti, em Milão, Itália, fundou o banco popular (*volksbank*), direcionado à população urbana, surgindo assim o primeiro banco cooperativo da história. Em 1902, o cooperativismo de crédito surgiu no Brasil, no município de Nova Petrópolis (RS), fundado pelo jesuíta suíço Theodor Amstad, com base no modelo agrícola alemão.

Segundo Shardong et al (1996, p. 20), “Por influência de imigrantes italianos, nos centros urbanos, primeiro foram aparecendo as cooperativas de crédito de responsabilidade

limitada do tipo Luzzatti”. Então, por volta do ano de 1959, chegou ao Brasil o modelo canadense de cooperativas de economia e crédito mútuo, sendo essa a maneira encontrada para superar a crise enfrentada pelo modelo Luzzatti. Aos poucos, com o modelo canadense, o movimento tomou forças e se organizou, evitando, assim, erros do passado.

A Lei 4.595, foi aprovada em 31 de dezembro de 1964. Através dela, o Sistema Financeiro Nacional foi reestruturado, permitindo que as cooperativas de crédito passassem a fazer parte das instituições financeiras privadas regulares do próprio sistema financeiro nacional. Assim, elas passaram a ter como órgão fiscalizador e autorizador o Banco Central do Brasil, regido pela mesma lei. Muitas instituições, entre elas, grande parte das caixas Raiffeisen e quase todas as cooperativas de crédito do tipo Luzzatti, tiveram que encerrar suas atividades devido às normas editadas pelo governo.

Hoje, no Brasil, basicamente há três tipos de cooperativas de crédito, que, de acordo com Bancoob (2000), podem ser: cooperativas de economia e crédito mútuo constituídas por pessoas que possuam alguma profissão ou desenvolvem atividades em comum ou diretamente ligadas a uma entidade (pessoa jurídica); cooperativas de crédito rural, que são constituídas por pessoas que exerçam atividades relacionadas com atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, sendo permitida também a participação de pessoas jurídicas; e cooperativas do tipo Luzzatti, que possuem como base o modelo italiano e caracterizam-se pela adesão de qualquer categoria econômica no quadro social, porém estão proibidas de se constituírem pela Resolução nº 1.914, de março de 1992, atualmente imposta pela Resolução nº 2.771, de agosto de 2000, em conformidade com o Banco Central do Brasil.

2.8 Cooperativas de Crédito no Âmbito Social

As cooperativas de crédito visam atender um determinado público (seus associados) dentro de um determinado ramo profissional. Entretanto, a economia e o crédito (poupança e empréstimos, respectivamente), serviços prestados ao associado, não são as únicas prioridades para se constituir uma cooperativa de crédito.

Segundo Souza (1992, p. 13), “Uma das prioridades do crédito mútuo é garantir a melhora da qualidade de vida das pessoas, proporcionando o progresso das famílias. Independente do crédito, há uma postura humana, social e educativa”.

Outro aspecto de suma importância para a constituição de cooperativas de crédito é a participação dos cooperados no que diz respeito às tomadas de decisões estabelecidas nas assembleias.

2.9 Sistema Financeiro Nacional

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 192, no inciso VIII,

O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

VIII – o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação própria das instituições financeiras.

O sistema financeiro nacional é composto de subsistemas operativos e normativos. As corretoras, caixas econômicas, financeiras e os bancos comerciais, múltiplos e de investimentos, compõem o subsistema operativo, enquanto o normativo é formado pelo Banco Central, Conselho Monetário Nacional, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados, que têm como função principal, regular e controlar o subsistema operativo.

De acordo com Meinen et al. (2002) sua natureza jurídica, as cooperativas de crédito possuem sua base na Lei nº 5.764/71. Elas adotam um comportamento contrário aos dos bancos; enquanto estes industrializam o crédito para gerar lucros, as cooperativas de crédito o socializam, devido ao fato de não possuírem como objetivo o lucro.

Apesar de o Banco Central impor às cooperativas de crédito um padrão que a caracteriza como operacional, verifica-se uma multiplicação destas no Sistema Financeiro Nacional.

2.10 Algumas Diferenças entre Bancos e Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito, como demonstra Meinen et al.(2003), têm características semelhantes às dos sistemas bancários tradicionais, mas somente no que diz respeito ao nome de alguns produtos que oferecem e de alguns serviços prestados.

No quadro 2, observam-se as diferenças entre as cooperativas de crédito e os bancos. Poderá se perceber, que as sociedades cooperativas valorizam muito mais o capital humano; isto é observado nas decisões que são tomadas pelos próprios cooperados, nas assembleias, cujo tratamento é o mesmo para todos.

O quadro 2 apresenta algumas destas diferenças:

| BANCOS | COOPERATIVAS DE CRÉDITO |
|--|--|
| a) são sociedades de capital | a) são sociedades de pessoas |
| b) o poder é exercido na proporção do número de ações | b) o voto tem peso igual para todos (uma pessoa, um voto) |
| c) as deliberações são concentradas | c) as decisões são partilhadas entre muitos |
| d) o administrador é um terceiro (homem do mercado) | d) o administrador é do meio (cooperativado) |
| e) o usuário das operações é mero cliente | e) o usuário é o próprio dono (cooperativado) |
| f) o usuário não exerce qualquer influência na definição do preço dos produtos | f) toda a política operacional é decidida pelos próprios usuários / donos (cooperativados) |
| g) podem tratar distintamente cada usuário | g) não podem distinguir: o que vale para um, vale para todos (art. 37 da Lei nº 5.764/71) |
| h) preferem o grande poupador e as maiores corporações | h) não discriminam, voltando-se mais para os menos abastados |
| i) priorizam os grandes centros | i) não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas |
| j) têm propósitos mercantilistas | j) a mercancia não é cogitada (art. 79, parágrafo único, da Lei nº 5.764/71) |
| k) a remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro / limite | k) o preço das operações e dos serviços visa à cobertura de custos (taxa de administração) |
| l) atendem em massa, priorizando, ademais, o auto-serviço | l) o relacionamento é personalizado / individual, com o apoio da informática |
| m) não têm vínculo com a comunidade e o público-alvo | m) estão comprometidas com as comunidades e os usuários |
| n) avançam pela competição | n) desenvolvem-se pela cooperação |
| o) visam ao lucro por excelência | o) o lucro está fora de seu objeto (art. 3º da Lei nº 5.764/71) |
| p) o resultado é de poucos donos (nada é dividido com os clientes) | p) o excedente (sobras) é distribuído entre todos (usuários), na proporção das operações individuais, reduzindo ainda mais o preço final pago pelos cooperativados |
| q) no plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas | q) são reguladas pela Lei Cooperativista |

Quadro 2: Comparativo das diferenças existentes entre bancos e cooperativas de crédito.

Fonte: MEINEN, Ênio; DOMINGUES, Jefferson N.; DOMINGUES, Jane S., O Adequado Tratamento Tributário das Sociedades Cooperativas, 2003, p. 23.

O quadro 2, exposto na página anterior, possui uma série de diferenças entre bancos e cooperativas, sendo que alguns itens necessitam de mais atenção, tais como: a letra “i” referente aos bancos, onde diz que estes priorizam os grandes centros, pode ser corrigida, pois os bancos estão atuantes e presentes também nos pequenos centros. Quanto a letra “d”, na coluna das cooperativas, a assembleia pode decidir sobre a capacidade do administrador que será indicado para tal cargo. No tocante a política operacional, os cooperados, através das assembleias, podem decidir sobre a política operacional, com base nas determinações do Banco Central e demais órgãos que regulamentam o funcionamento das cooperativas. As cooperativas procuram tratar seus associados de forma homogênea, procurando dar a todos um tratamento personalizado.

2.11 O Crédito

Segundo Shardong et al (1996, p. 11), “O crédito [...] se configura como mecanismo pelo qual muitos realizam suas aspirações de produção e consumo e pelo qual a economia se dinamiza, trazendo o progresso e o desenvolvimento social”.

O crédito, de acordo com Silva (1998), ocupa dentro do quadro econômico e social, um papel de suma importância, pois, à medida que aumentam as atividades das empresas, estimula o consumo, influenciando na demanda de bens e serviços, e dando oportunidades às pessoas na obtenção de moradia, bens e alimentos; e auxilia as empresas na realização de projetos para os quais não dispõem de recursos financeiros; enfim, movimenta a economia do país com a circulação de recursos. O crédito também influencia as pessoas e empresas a se tornarem devedoras, devido as taxas baixas de juros que podem oferecer, bem como pode fazer parte das causas de um processo inflacionário.

2.12 Crédito Cooperativo

Segundo Shardong et al (1996, p. 13),

O cooperativismo de crédito exclui a figura do banqueiro e promove a equalização das taxas de juros, exatamente nos níveis dos custos da administração do dinheiro. Todo o excedente retorna ao tomador – associado, após o balanço.

O crédito cooperativo, conforme Shardong et al (1996), é um sistema financeiro formado pelos próprios cooperados, em que estes se beneficiam da cooperativa quando investem seus recursos, obtendo um rendimento justo, assim como, quando necessitam de capital, fazem uso do empréstimo, a uma taxa mais acessível.

De acordo com Schouchana e Perobelli (2000), as cooperativas de crédito rural nos anos 90 passaram por transformações perceptíveis por vários fatores de ordem circunstanciais. Entre todas as transformações ocorridas, duas delas se destacaram no governo de Fernando Collor de Melo:

- a) abertura dos mercados; e
- b) a saída do governo como financiador da atividade produtiva.

Com a abertura das fronteiras de tecnologia, o governo permitiu que o mercado interno tivesse acesso a produtos importados bem como aos conhecimentos de novas técnicas de plantio. Naquela época, os produtores no mercado nacional utilizavam técnicas ultrapassadas que não lhes permitia a cumprir seus financiamentos adquiridos junto ao governo, não interessando, assim, ao governo tê-los como devedores. O comportamento adotado pelo governo permitiu o crescimento adotado pelas Cooperativas de Crédito Rural pelo fato de estas ampararem os pequenos produtores, diminuindo as dificuldades de crédito vivenciadas por eles.

De acordo com Gasques e Conceição (2000, p. 208), “um dos resultados mais visíveis da mudança no padrão de atuação do governo foi o aumento da importância relativa de fontes alternativas de financiamento”.

Quanto às Cooperativas de Crédito Urbanas (Crédito Mútuo), conforme Pinho (2000), vêm nos últimos anos passando por uma significativa dificuldade de capacitação de empréstimo, que pode ser entendida perfeitamente pela redução da capacidade de poupança da população, por motivos de desvalorização salarial e pela falta de reajustes, tanto no setor público como no privado. Com a redução salarial, o poder econômico reduz, diminuindo o volume de negócios, em especial nos casos de pequenas cooperativas de crédito, o que pode comprometer até mesmo a viabilidade de funcionamento delas. Mas o cooperativismo de crédito também tem suas características de destaque:

- a) uma organização quantitativa e qualitativa (crescimento vertical);
- b) modernização por meio da informatização e automação no sistema bancário; e

- c) surgimento dos bancos cooperativos: antes da criação dos bancos cooperativos, as cooperativas de crédito faziam uso dos serviços oferecidos pelos bancos comerciais, ou seja, bancos do mercado.

Hoje, com base em Bancoob (2000), a partir da Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão responsável pela criação dos bancos cooperativos, sendo eles, o Bansicred e o Bancoob, fez com que as cooperativas de crédito utilizassem os serviços desses bancos devido aos custos mais baixos, devido à carência que as cooperativas de crédito tinham em relação ao acesso direto à câmara de compensação de cheques e outros papéis, a conta reserva bancária e ao mercado interfinanceiro. Por meio dessa resolução, as cooperativas de crédito que se vincularem aos bancos cooperativos tornam-se acionistas controladoras.

2.13 Atos Cooperativos

Segundo Meinen et al (2003, p. 19),

Ato Cooperativo é todo aquele que envolve iniciativa da cooperativa, na estrita dimensão de seu objeto social, visando unicamente aos interesses dos cooperativados, alcançando, além das relações tipicamente internas (cooperativa x associados x cooperativa), as atividades cuja natureza – conforme o ramo de atuação – imponha a participação de terceiro.

Ainda de acordo com Meinen et al (2003), quando uma cooperativa de crédito realiza um ato cooperativo, ela enfoca tanto a captação de recursos quanto o empréstimo ao cooperado. Para que uma cooperativa possa atingir seu objetivo principal (negócio-fim), ela necessita se relacionar com terceiros, isto é, entidades que não possuem vínculo cooperativo. Para que as cooperativas possam exercer a prática dos negócios-fim e os negócios externos, elas fazem uso de outras negociações, que possuem características jurídicas que divergem da natureza cooperativista, mas que são essenciais para a realização dos Atos Cooperativos, conhecidos como Negócios Auxiliares e Negócios Acessórios.

De acordo com Lima (1997, p. 54), os

Negócios Auxiliares são consideradas as operações que a sociedade concretiza tendo em vista a realização dos objetivos da sociedade. São atos inerentes à movimentação interna da sociedade, que não são praticados pelos associados, mas são necessários para que a cooperativa alcance os seus fins. Negócios Acessórios, por outro lado, são aqueles eventuais, não ligados diretamente para o alcance dos fins sociais, mas que ocorrem em consequência da prática dos Negócios Auxiliares.

A Lei do Cooperativismo (5.764/71) vem reforçar as idéias defendidas acima, a partir do seguinte artigo: com relação ao ato cooperativo, o artigo 79 o define da seguinte forma: “Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais”. Ainda no parágrafo único, descreve o seguinte: “O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria”; Com isso, pode-se dizer que os serviços caracterizados pelo ato cooperativo, estão em prol dos associados e não há incidência de tributação, isto é, os serviços são executados por cooperados.

2.14 Atos Não-Cooperativos

Em geral, as cooperativas podem realizar atos não-cooperativos, desde que prestem serviços para os cooperados (sócios) e não cooperados (não-sócios).

Conforme o artigo 86 da Lei nº 5.764/71, “as cooperativas poderão fornecer seus bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei”.

Por ser facultativa a prestação destes bens e serviços, ou seja, operação realizada pelas cooperativas com não associados, determina a Lei nº 5.764/71, que os resultados positivos oriundos dessas operações devem ser contabilizados à parte, o que permite o cálculo para a incidência da COFINS, conforme consta no artigo 87 da citada lei, que diz o seguinte: “Os resultados das operações das cooperativas com não associados, mencionados nos arts. 85 e 86, serão levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para a incidência de tributos”.

Segundo Lima (1997), quando se tratar de rendimento por meio de aplicações financeiras, este deveria ser tributado parcialmente, pois considera, que se o montante estivesse no caixa do associado poderia atingir os mesmos rendimentos.

De acordo com Lima (1997, p. 56),

[...] os atos não cooperativos, portanto originários do não-exclusivismo, se restringem às atividades de pessoas que potencialmente poderiam se associar, e que são contratadas em fase de um bem maior, ou o interesse de melhor se desenvolver o objeto da cooperativa.

Em relação aos atos não cooperativos, o artigo 85 da lei 5764/71, ainda expõe o seguinte: “As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem”.

Assim, entende-se que, pode ser prestado o serviço a terceiros, bem como, venha a cooperativa a fazer uso dos serviços oferecidos por pessoas físicas ou jurídicas, que mesmo não possuindo vínculo com o meio cooperativo, ao gerar receita, esta é levada à tributação.

CAPÍTULO III – CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS

O presente capítulo relata sobre a origem da COFINS, bem como expõe as leis que tratam da incidência, ou não, deste tributo nos atos cooperativos.

3.1 Origem

Aos 25 dias do mês de maio de 1982, conforme Neves (1997), foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.940 o Fundo de Investimento Social (Finsocial), que foi alterado posteriormente pelo Decreto-Lei nº 2.049, de 1º de agosto de 1983; em seguida, pelo de nº 91.236, de 8 de maio de 1985, e depois, em 8 de julho de 1987, pela Lei nº 7.614. Naquela época, o faturamento já era adotado como base de cálculo.

Em 1988, a Constituição Federal, em seu artigo 195, recepcionou essa contribuição da seguinte forma:

A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das seguintes contribuições sociais:

I – dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro [...].

Em 1991, segundo Meinen et al (2003), a Lei Complementar nº 70 deu origem à nova Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), fundamentada anteriormente pela Constituição Federal, no artigo 195.

3.2 A Incidência da COFINS nas Cooperativas

A partir do mês de outubro de 1998, de acordo com Meinen et al (2003), a publicação da Medida Provisória nº 1.724, de 29 de outubro de 1998, alterou a Legislação Tributária Federal, que, além de mudar o foco de atuação da contribuição social, elevou o percentual de 2% para 3%, passando a atuar sobre toda a receita bruta. Ainda, no mesmo pensamento, a conversão da Medida Provisória nº 1.724 na Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998,

também veio a assegurar que a COFINS incidiria sobre a receita bruta da pessoa jurídica. Em janeiro de 1999, a COFINS era arrecadada com uma alíquota de 2%. A partir de fevereiro desse mesmo ano, a COFINS foi alterada na sua base de cálculo, e também se alterou o percentual, aumentando-o em mais 1%.

As alterações realizadas na fase de cálculo, bem como no aumento da alíquota, ignoram completamente a Lei Complementar nº 70, de 1991, bem como a própria Constituição Federal de 1988. Esta relata o seguinte:

Art. 146 – Cabe à lei complementar:

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

A Lei Complementar nº 70, de 1991, vem completar o artigo citado acima da seguinte forma:

Art. 6 – São isentas da contribuição:

I – as sociedades cooperativas que observarem ao disposto na legislação específica, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades.

As cooperativas poderiam estar mais fortemente amparadas, se a Lei Complementar nº 70, de 1991, tratasse da não-incidência do tributo, em vez de tratar de sua isenção. Segundo Meinen et al. (2003), ao adotar o termo “isenção”, originou-se uma lacuna que possibilitou ao Executivo determinar a cobrança da COFINS.

O governo, buscando aumentar sua arrecadação, revogou o art. 6º da lei complementar 70 de 1991, com a Medida Provisória 1.858, de 30 de junho de 1999. Assessorado pela Receita Federal e desconhecendo completamente o que vinha a ser uma sociedade cooperativa, equiparou-as às sociedades comerciais geradoras de lucro.

A Lei nº 5.764, de 1971, em seu artigo 3º, define as sociedades cooperativas da seguinte forma: “Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objeto de lucro”. Com base neste artigo, as cooperativas, em hipótese nenhuma, podem ser comparadas às empresas geradoras de lucro, sendo estas industriais ou comerciais, devido ao fato de haver diferenças na destinação dos resultados das empresas e das cooperativas.

De acordo com o Código Tributário Nacional,

Art. 109 – Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa de definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

Art. 110 – A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados expressa ou implicitamente pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

Ao querer igualar as sociedades cooperativas às empresas de qualquer ramo, além de discordar dos artigos citados acima referentes ao Código Tributário Nacional, contrariam-se também a Lei Complementar nº 70, de 1991, a Lei nº 5.764, de 1971, e a própria Constituição Federal (1988).

Segundo Meinen et al (2003), o artigo 3º da Lei nº 9.718 é inconstitucional por querer igualar, em seu parágrafo 1º, receita bruta e faturamento, para determinar um aumento à base de cálculo da COFINS. Ainda com base nos relatos do jurista citado anteriormente, “[...] receita não é faturamento e lei ordinária, não poderia introduzir nova base de cálculo [...]”. No que diz respeito à receita, esta pode resultar de qualquer operação, não havendo a necessidade de ser atividade mercantil. Contudo, o faturamento ocorre quando empresas mercantis ou prestadoras de serviços executam alguma atividade. Por serem as cooperativas sociedades civis, de natureza própria e sem fins lucrativos, não formam, para efeito de cálculo, a base para a incidência da COFINS. Isso contradiz a Lei nº 9.718, de 1998, que traz em seus artigos 2º e 3º o seguinte:

Art. 2º - As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta lei.

Art. 3º - O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.

§ 1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas [...].

De acordo com o artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 5.764, de 1971, “às cooperativas é vedada por lei à obtenção do lucro”. Isso quer dizer que todo resultado positivo registrado no fim de um exercício, de acordo com a lei, deve ser rateado entre os associados.

Apesar de todos os esforços empregados buscando provar que as cooperativas são isentas da tributação da COFINS com relação aos atos cooperativos, conforme Meinen et al (2002 e 2003), o governo aprovou a Medida Provisória nº 1.858-6, de 30 de setembro de

1999, hoje Medida Provisória nº 2.158, de 2001, revogando, assim, o artigo 6, inciso I, da Lei Complementar nº 70, de 1991. Devido à revogação da isenção, as sociedades cooperativas atualmente pertencem à área de atuação da COFINS, e seu cálculo tem por base toda a receita bruta das cooperativas. Ao permitir a incidência do tributo, comete, o governo, com esse ato uma prática contrária a lei 5764/71, pois as cooperativas não possuem lucro, pelo fato de apenas prestarem serviços aos seus cooperados, enquanto os sócios de uma empresa comercial agem em função do lucro da pessoa jurídica.

CAPÍTULO IV – O REFLEXO DA INCIDÊNCIA DA COFINS NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

O presente capítulo, visa demonstrar o crescimento das cooperativas de crédito, tanto no Estado, quanto no País, além de proporcionar uma idéia do volume arrecadado pelo Governo com a incidência da COFINS, permitindo visualizar o impacto que este vem causando.

4.1 O crescimento das cooperativas de crédito a nível nacional

As cooperativas de crédito vêm evoluindo segundo os números apresentados pelos gráficos cedidos pela OCESC e SESCOOP. O primeiro gráfico, relacionado abaixo, demonstra que as cooperativas, no âmbito nacional vêm evoluindo e atingindo metas importantes. As cooperativas de crédito, quando se leva em consideração o número de associados, faz com que este ramo do cooperativismo seja o segundo maior do país. Estas possuem 1.133.753 associados, do total de participantes do sistema cooperativo, que no período analisado entre 1994 e 2002, somam 5.382.442 associados.

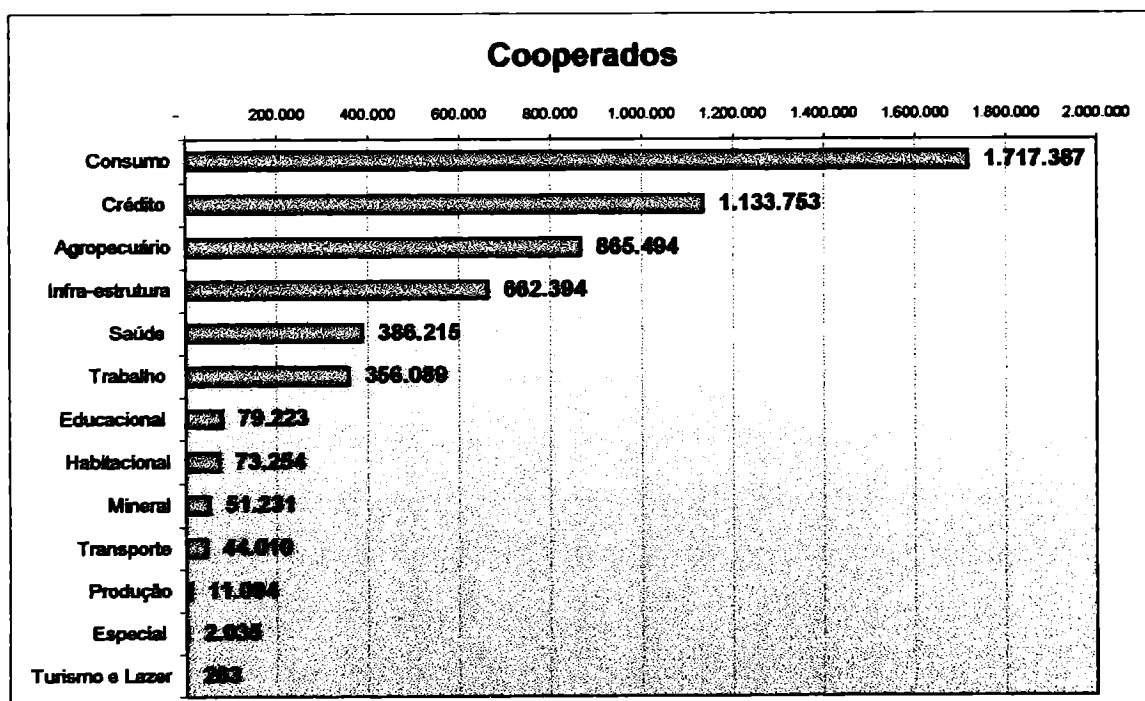


GRÁFICO 1- Crescimento do número de cooperados a nível de Brasil

Fonte: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina.

<<http://www.ocesc.org.br/informativos/tecnico.php/graficos.zip>> Acesso em: 27 mai 2004

As cooperativas de crédito existentes no país até 2002, atingiam o patamar de 1068 cooperativas. Segundo dados da OCESC, é o terceiro maior ramo em atividade e em constante crescimento, como está representado no gráfico 2.

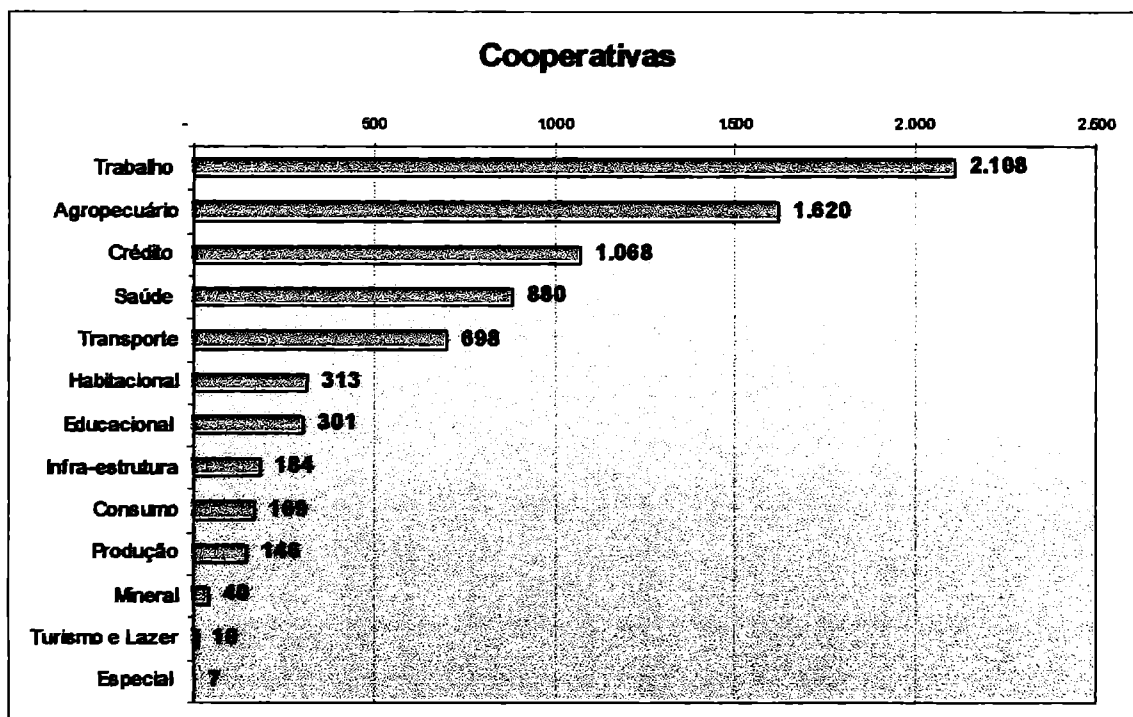


GRÁFICO 2- Crescimento de número de cooperativas em atividades no Brasil

Fonte: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina.

<<http://www.ocesc.org.br/informativos/tecnico.php/graficos.zip>> Acesso em: 27 mai 2004

4.2 O crescimento das cooperativas de crédito a nível estadual

Assim como no Brasil, as cooperativas de crédito tiveram um crescimento significativo, em relação ao número de cooperados no Estado de Santa Catarina. Isto é comprovado por pesquisa realizada pelo SESCOOP, no período de 1995 a 2002, dá uma ênfase maior do crescimento destas, ao analisar o ano de 2002, que ao ser comparado com 2001, mostra um crescimento de 24,6%, sendo o ramo de crédito o que mais se desenvolveu no Estado neste período. Tal crescimento pode ser comprovado no gráfico 3, demonstrado na página seguinte:

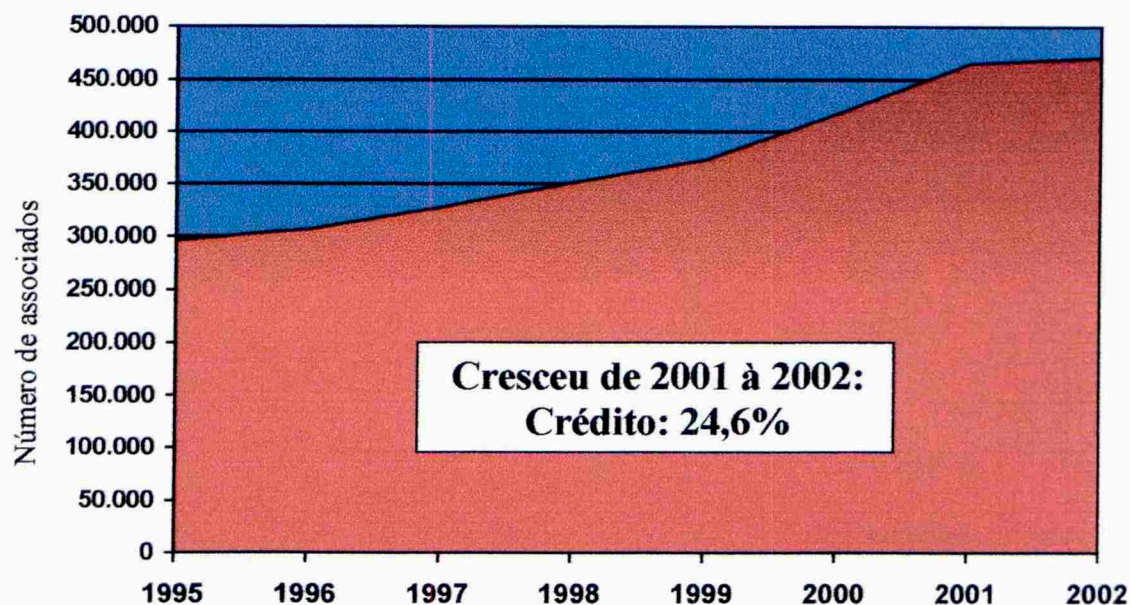


GRÁFICO 3 – Crescimento do número de cooperados em Santa Catarina

Fonte: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina.

<<http://www.ocesc.org.br/informativos/tecnico.php/forum.zip>>. Acesso em: 27 maio 2004

Ainda, segundo o SESCOOP, o ramo de crédito é o terceiro maior do Estado ao ser considerada a evolução ocorrida, quando se compara o número de cooperativas de crédito atuantes no ano de 1995, com o ano de 2002. Neste período surgiram 25 novas cooperativas de crédito, como está exposto na tabela 1.

COOPERATIVAS - Evolução

| RAMO | 1995 | 2002 | Evolução |
|-----------------|------------|------------|------------|
| AGROPECUÁRIAS | 48 | 60 | 12 |
| CONSUMO | 14 | 17 | 3 |
| CRÉDITO | 39 | 64 | 25 |
| EDUCACIONAL | 16 | 17 | 1 |
| ESPECIAL | 0 | 2 | 2 |
| HABITACIONAL | 2 | 3 | 1 |
| INFRA ESTRUTURA | 26 | 30 | 4 |
| MINERAL | 1 | 2 | 1 |
| PRODUÇÃO | 1 | 13 | 12 |
| SAÚDE | 14 | 41 | 27 |
| TRABALHO | 19 | 51 | 32 |
| TRANSPORTE | 0 | 19 | 19 |
| TOTAL | 180 | 319 | 139 |

TABELA 1- Crescimento dos números de cooperativas de crédito em Santa Catarina

Fonte: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina.

<<http://www.ocesc.org.br/informativos/tecnico.php/forum.zip>>. Acesso em: 27 mai 2004

Em outubro de 2003, a OCESC fez um levantamento e constatou, que o ramo de crédito era o maior do Estado, devido ao fechamento de inúmeras cooperativas de outros ramos, como demonstra o gráfico 4.

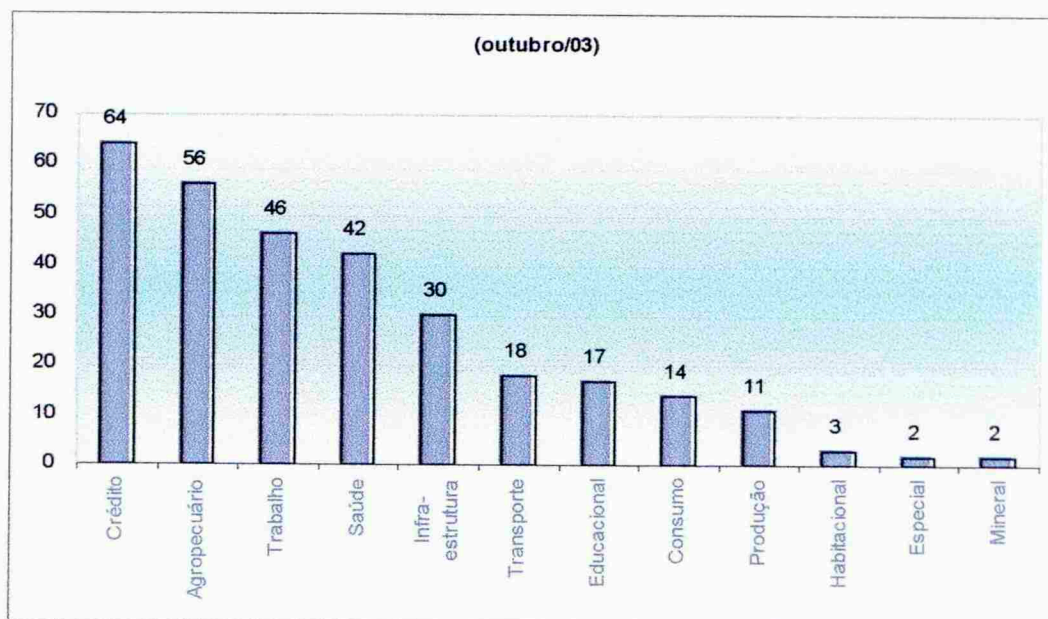


GRÁFICO 4-Cooperativas em atividades atualmente em Santa Catarina

Fonte: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina.

<<http://www.ocesc.org.br/informativos/tecnico.php/graficos.zip>>. Acesso em: 27 mai 2004

Numa análise desenvolvida pelo SESCOOP desde o ano de 1995 até 2002, observa-se que o faturamento das cooperativas de todos os ramos foi crescendo constantemente. Este faturamento em 2002 foi 34,6% maior que o obtido em 2001, sendo que o volume representou 9,58% do PIB (Produto Interno Bruto) do Estado de Santa Catarina, que foi em 2002 de R\$ 42,770 bilhões. Os valores correspondentes a estes percentuais podem ser comprovados pelo gráfico 5, que será demonstrado na página seguinte, o qual possibilita uma noção dos valores arrecadados pelo Governo, com a incidência de tributos.

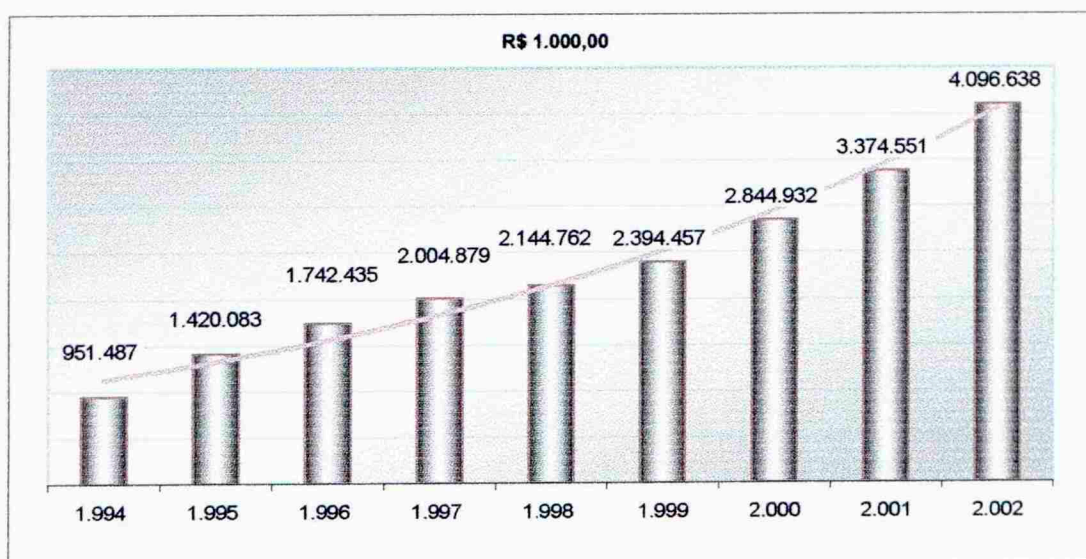


GRÁFICO 5-Faturamento das cooperativas em Santa Catarina

Fonte: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina.

<<http://www.ocesc.org.br/informativos/tecnico.php/graficos.zip>>. Acesso em: 27 maio 2004

4.3 O reflexo causado pela incidência da COFINS nas cooperativas de crédito

- No Estado de Santa Catarina:

Devido a particularidades inerentes às cooperativas de crédito, não serão divulgados os nomes das cooperativas de crédito, e por necessidade de sigilo completo, os dados demonstrados na tabela nº 2 serão fictícios¹ (em milhões de reais), para fins de verificação da prática do cálculo e seu funcionamento.

| FATURAMENTO BRUTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO | | | | | | |
|---|-------------|----------|--------------|--------------------------|-----------------------------|-----------------|
| EM SANTA CATARINA | | | | | | |
| EM MILHÕES DE REAIS (R\$) | | | | | | |
| ANO | FATURAMENTO | COFINS % | ARRECAÇÃO | ENCARGOS FOLHA PAGTO. | % ENCARGOS X FATURAMENTO | RECEITA LÍQUIDA |
| 1999 | 67.044.796 | 3 | 2.011.343,88 | 3.908.330,39 | 5,83 | 61.125.121,73 |
| 2000 | 82.503.028 | 3 | 2.475.090,84 | 4.098.392,00 | 4,97 | 75.929.545,16 |
| 2001 | 107.985.632 | 3 | 3.239.568,96 | 6.039.652,10 | 5,59 | 98.706.410,94 |
| 2002 | 147.478.968 | 3 | 4.424.369,04 | 8.186.229,30 | 5,55 | 134.868.369,66 |

TABELA 2: Arrecadação da COFINS no Estado e o comparativo com os encargos da folha de pagamento (FGTS e INSS)

¹ Os dados foram fornecidos pela OCESC, porém os valores correspondem a um percentual arbitrado, onde tomou-se como parâmetro, o faturamento das cooperativas de crédito em 2002.

Com base nos dados obtidos na tabela 2, pode-se observar que a incidência da COFINS causa um reflexo negativo no resultado das cooperativas. Estas poderiam obter um resultado melhor que propiciasse um retorno maior ao cooperado, além de possibilitar investimentos na própria cooperativa.

O faturamento das cooperativas de crédito, é obtido pela receita dos juros cobrados quando há realizações de empréstimos, bem como pelos juros das aplicações realizadas pelas cooperativas no mercado financeiro, quando acontece de não conseguir emprestar todo o capital de que dispõe aos cooperados. Ainda complementa o faturamento da cooperativa os depósitos realizados à vista e a prazo, o patrimônio líquido ajustado e o pagamento de boletos no caixa. Das atividades relacionadas acima, somente poderia incidir a COFINS nas aplicações realizadas pelas cooperativas no mercado financeiro, pelo fato de ser uma operação caracterizada como ato não cooperativo. As demais atividades dizem respeito a ato cooperativo, onde não poderia incidir tal tributo.

No que diz respeito ao faturamento, pode-se observar na tabela 2, que o mesmo cresceu nos quatro anos analisados. Pode-se constatar, que o faturamento do ano 2000 quando comparado ao obtido em 1999, era 23,06% maior. O de 2001 em relação ao de 2000, aumentou 30,89%. Em 2002, o faturamento foi ainda maior, pois obteve o percentual de 36,57%, ao ser comparado com 2001. Estes percentuais, demonstram que a COFINS arrecadada também aumentou progressivamente, ainda mais quando passou a incidir sobre todo o faturamento das cooperativas. Isto é percebido, ao observar-se o valor pago em 2002, que é 199,71% maior que o valor pago em 1999.

Somando-se a COFINS paga nestes quatro anos analisados, constata-se que as cooperativas de crédito do estado de Santa Catarina deixaram de investir R\$ 12.150.372,72, recurso este, que poderia ser revertido na geração de mais frentes de trabalho, bem como no incentivo ao cooperativismo, sendo esta última uma idéia anteriormente defendida pelo atual governo federal.

Também, pode-se observar que dois dos encargos que incidem na folha de pagamentos das cooperativas de crédito do Estado, o FGTS e o INSS, incorporam os valores da coluna de “encargos folha pagto.”. Estes, ao serem comparados com o faturamento bruto das cooperativas, correspondem a um percentual médio (hipotético) de 5,5 % de seu faturamento bruto anual. É quase o dobro do percentual da COFINS.

No Brasil:

Atualmente existem no Brasil, cerca de 30 cooperativas centrais de crédito. Este total, é composto por cooperativas de todos os sistemas, ou seja, sistema Sicoob, Sicredi, Unicred, e Ceced. e outros. Para melhor ser compreendido estes sistemas, faz-se necessário uma rápida explanação. O sistema Sicoob, é composto por cooperativas que estão associadas ao Bancoob. No sistema Sicredi, as cooperativas possuem sociedade com o Bansicred. Estes dois sistemas, fazem uso dos serviços de bancos cooperativos. Já a Unicred e a Ceced, fazem uso dos serviços do Banco do Brasil. Estes, atualmente são os quatros maiores sistemas cooperativos do país.

Pelas dificuldades em serem fornecidas informações que dizem respeito ao faturamento das cooperativas de crédito no âmbito nacional, será analisado o impacto da COFINS, nos resultados obtidos apenas nas cooperativas de crédito do sistema Sicoob. Estes dados são próximos dos reais, só que para efeito de sigilo, não serão divulgados os nomes das cooperativas e seus respectivos faturamentos. Os valores correspondem ao somatório dos resultados das cooperativas do Sicoob no país, no período de 1998 a 2002. Por possuir o maior número de cooperativas, o sistema Sicoob reflete a realidade das cooperativas dos demais sistemas.

Na tabela 3, está relacionado o valor destes faturamentos, assim como o percentual da COFINS arrecadado neste período e o quanto corresponde os encargos da folha em relação ao faturamento bruto:

| FATURAMENTO BRUTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO | | | | | | |
|--|--------------------|-----------------|------------------|-----------------------------|---------------------------------|------------------------|
| NO BRASIL | | | | | | |
| EM MILHÕES DE REAIS (R\$) | | | | | | |
| ANO | FATURAMENTO | COFINS % | ARRECAÇÃO | ENCARGOS FOLHA PAGTO | % ENCARGOS X FATURAMENTO | RECEITA LÍQUIDA |
| 1999 | 100.000.000 | 3 | 3.000.000,00 | 5.980.000,00 | 5,98 | 91.020.000,00 |
| 2000 | 81.000.000 | 3 | 2.430.000,00 | 4.798.000,00 | 5,92345679 | 73.772.000,00 |
| 2001 | 95.000.000 | 3 | 2.850.000,00 | 5.623.000,00 | 5,918947368 | 86.527.000,00 |
| 2002 | 135.000.000 | 3 | 4.050.000,00 | 8.025.000,00 | 5,944444444 | 122.925.000,00 |

TABELA 3: Arrecadação da COFINS no País e os encargos da folha de pagamento (INSS e FGTS)

As informações contidas na tabela 3, permitem que se tenha uma idéia da perda que as cooperativas de crédito vem acumulando desde que foi instituída a cobrança da COFINS nos faturamentos provenientes de qualquer ato praticado pelas cooperativas. Levando-se em

consideração que os dados refletem apenas a realidade de parte das cooperativas de crédito existentes hoje, pode-se mesmo assim observar que as perdas são significativas. O montante arrecadado acumula um valor que corresponde a R\$ 12.330.000,00, ou seja, levando-se em consideração que apenas está sendo evidenciado o faturamento das cooperativas de crédito do sistema Sicoob. Este valor, é composto por atos cooperativos e não cooperativos. Mesmo assim, é um valor que daria às cooperativas a oportunidade de proporcionar aos seus associados um retorno merecido além de outros investimentos na área social.

Assim como a nível estadual, no âmbito federal os encargos da folha de pagamento, quando se leva em consideração apenas o FGTS e o INSS, pode-se constatar que o percentual arrecadado é em média, praticamente o dobro da COFINS. Quando somados, só o que as cooperativas desembolsam com a soma dos encargos citados acima mais a COFINS, chegam a praticamente 10 % do faturamento da cooperativa no ano.

CONCLUSÃO

No Brasil existe a lei 5764/71 que abrange o cooperativismo de um modo amplo, onde todos os ramos são tratados da mesma forma. Não se quer fazer com que estes ramos venham a ser julgados de formas diferentes, porém, faz-se necessário hoje, uma legislação específica que trate deste tipo de sociedade (o cooperativismo), de um modo mais específico, abrangendo todas as suas particularidades. e permitindo a cada ramo ser tratado de modo apropriado, sem perderem suas características de cooperativas.

As cooperativas de crédito, assim como as demais, defendem os mesmos princípios e isto não foi o suficiente para que o governo as isentasse da incidência da COFINS sobre os faturamentos resultantes dos atos cooperativos. Alguns ramos do cooperativismo já conseguiram, temporariamente esta isenção, contudo, às cooperativas de crédito ficam a mercê do governo esperando alguma solução. Umas vêm fazendo estas arrecadações através de depósitos judiciais, algumas provisionando, e outras cooperativas de crédito estão aguardando o desfecho do processo para tomar alguma posição.

Analisando-se o comportamento que as cooperativas de crédito tiveram durante quatro anos (1999 a 2002), fica visivelmente comprovado seu crescimento no que diz respeito ao seu faturamento bruto, bem como suas sobras anuais, beneficiando assim, seus cooperados em diversas formas.

O cooperativismo é um caminho sem volta e é através deste caminho que as cooperativas vem evoluindo progressivamente tanto a nível estadual como nacional.

As mudanças ocorridas no contexto nacional, e a globalização da economia, têm trazido transformações na vida das cooperativas, fazendo com que estas venham a traçar caminhos a serem percorridos em função da sua sobrevivência. Para que isto aconteça, as cooperativas de crédito, vêm tentando mostrar ao governo que seus ideais são os mesmos defendidos pelos demais ramos cooperativos. Para que as cooperativas não tenham mais perdas significativas nos seus resultados, esta monografia demonstra o impacto que a incidência da COFINS causa sobre as cooperativas de crédito, sendo este “negativo” em relação as suas sobras, deixando de proporcionar aos seus cooperados um retorno mais justo, no que diz respeito ao seu capital integralizado.

Com a isenção da COFINS nos atos cooperativos, obter-se-ia um capital que poderia ser investido de uma forma muito mais intensa. Este capital poderia ser investido de maneira que proporcionasse a cooperativa uma integração maior com a comunidade, através, por

exemplo, da contratação de médicos que poderiam fazer visitas nas residências. Também poderia ser através de um evento esportivo, que integrasse todo o bairro. Ao interagir com o meio, a cooperativa estaria mostrando o que estaria sendo feito pelo social com tal capital, sendo que o mesmo estaria sendo contabilizado numa conta específica, destinada para estes fins, que hoje recebe o nome de FATES, ou seja, fundo de assistência..

Então, conclui-se que não seria justo à cobrança de mais este tributo, por parte do Governo, pois este vem equiparando, desde 1999, as cooperativas de crédito com as empresas mercantis, ou seja, entidades financeiras com fins lucrativos.

Sugere-se que o trabalho seja continuado, pois o assunto não pode ser dado como encerrado, devido ao mesmo ainda encontrar-se transitando no Congresso Nacional, sendo que a qualquer momento pode ser votada uma lei a favor ou contra a incidência da COFINS nas cooperativas de crédito.

REFERÊNCIAS

Banco Cooperativo do Brasil. **Bancoob**: o banco que completa as cooperativas de crédito do Sicoob. Brasília: Bancoob, 2000.

BANCO COOPERATIVO DO BRASIL. Disponível em:
<http://www.bancoob.com.br/coop_singulares/index.php>. Acesso em: 25 mar. 2004.

BRASIL. Lei nº 4595 de dez. 1964. Disponível em:
<<http://www.societario.com.br/Lei4595.html>>. Acesso em: 25 mar.2004.

BRASIL. Lei nº 9718 de nov. 1998. Disponível em:
<<http://www.soleis.com.br/L9718original.htm>>. Acesso em: 25 mar.2004.

BRASIL. Lei Complementar nº 70 de dez. 1991. Disponível em:
<<http://www.soleis.com.br/Lcp70.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2004.

BRASIL. Lei nº 5.764, 16 de dez. 1971. Define a Política Nacional do Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição: Republica Federativa do Brasil: 1988**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Código Tributário Nacional** : Lei nº 5172 de 25 de outubro de 1966 [e] legislação complementar. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Junia Cristina P. R. da; FERREIRA, Brancolina. **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

LIMA, Reginaldo Ferreira. **Direito Cooperativo Tributário**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

MCPHERSON, Ian. **Princípios Cooperativos para o século XXI**. Florianópolis: Lagoa, 2003.

MEINEN et al. **Cooperativas de crédito no Direito Brasileiro**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002.

MEINEN et al. **O adequado tratamento tributário das sociedades cooperativas**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.

NEVES, Luís Fernando de Souza. **COFINS: Contribuição Social Sobre o Faturamento**. L.C. 70/91. São Paulo: Max Limonad, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
Disponível em: < <http://www.ocesc.org.br/informativos/tecnico.php/graficos.zip> > Acesso: 27 mai. 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
Disponível em: < <http://www.ocesc.org.br/informativos/tecnico.php/forum.zip> > Acesso: 27 maio 2004.

OCESC. **SESCOOP/SC: o cooperativismo catarinense**. 5. ed. Florianópolis: Lagoa, 2003.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: guia prático**. Porto Alegre: AGE, 1979.

PINHO, Diva Benevides. **Gênero e desenvolvimento em cooperativas: compartilhamento igualdade e responsabilidades**. Brasília: SESCOOP: OCB, 2000.

SCHOUCHANA, F. e PEROBELLI, F. S. **Investimento público, privado e mercado de commodities**. Viçosa: 2000.

SHARDONG, A. et al. **Solidariedade financeira: graças a Deus!** Brasília: CONFEBRÁS, 1996.

SILVA, J. P. **Gestão e análise de risco de crédito**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, Edna L. da; MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis, 2000. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção – UFSC.

SALOMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SOUZA, A. S. **Cooperativismo de crédito: realidades e perspectivas**. Rio de Janeiro: OCB, 1992.

TEMP et al. **O cooperativismo ao alcance de todos**. 4. ed. Florianópolis: Lagoa, 2003.